



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE SAPUCAIA DO SUL EM 13.03.2017

Aos 13 dias do mês de março de 2017, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Sapucaia do Sul a Excelentíssima Senhora **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada dos Assistentes da Secretaria da Corregedoria, Adriana Stangler e Ceci Franzen Matte, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0000549-81.2017.5.04.0000.

A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Coordenadora Rosane Schopf e pelos demais servidores lotados nessa Unidade Judiciária.

Com base nas informações prestadas pela Gestora da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da última correição realizada: 04.04.2016

Data de Implantação do PJe: 27.06.2014

Jurisdicção: Sapucaia do Sul

1.1 Período Correccionado: de 1º.01.2016 a 13.03.2017

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juíza Diretora do Foro	Titularidade
Bernarda Nubia Toldo	1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul

2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Sapucaia do Sul gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.

2.2.1 Servidores Lotados

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro			
Servidor	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária	
1	Rosane Schopf	Coordenadora (CJ1)	14.11.2008
2	Luciana Vasconcelos da Silva	Assistente (FC02)	28.05.2007
3	João Carlos Rodrigues da Silva Júnior	-	04.12.2013
SEG	Adelmar de Oliveira	Cargo: Técnico Judiciário, Área Administrativa,	03.11.2005
SEG	Luís Roque de Oliveira Moraes		16.01.2006



SEG	Daniel dos Santos Peixoto	Especialidade Segurança	21.11.2016
-----	---------------------------	-------------------------	------------

Servidores Lotados na Central de Mandados

Servidor	Cargo	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Marco Julius Argiles Erguy	03.07.2008
2	Loritania Luiza Chicoski	07.07.2008
3	Luís Vinicius da Rocha Bohrz	16.03.2012
4	Rubens da Silveira Cavalheiro	03.11.2005

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 1º.03.2017)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Conforme consulta ao *Sistema BI TRT4* em 1º.03.2017, verificou-se que não houve movimentação de servidores na Unidade Judiciária durante o período correccionado, tanto na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro quanto na Central de Mandados.

2.2.4 Ausências dos Servidores durante o período correccionado

Servidor	Tipo de Ausência	Nº de dias	Total
Adelmar de Oliveira	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	18	18
Daniel dos Santos Peixoto (entrada em 21.11.2016)*	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	13	14
	Doação de Sangue (DSAN)	1	
João Carlos Rodrigues da Silva Júnior	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	5	14
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	9	
Luciana Vasconcelos da Silva	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	8	8
Luís Roque de Oliveira Moraes	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	4
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	3	
Rosane Schopf	Doença em Pessoa da Família (LPF)	12	20
	Falecimento de Pessoa da Família (FALC)	8	



Servidores Lotados na Central de Mandados			
Servidor	Tipo de Ausência	Nº de dias	Total
Loritania Luiza Chicoski	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	9	9
Luís Vinicius da Rocha Bohrz	-	-	-
Marco Julius Argiles Erguy	-	-	-
Rubens da Silveira Cavalheiro	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 1º.03.2017)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
2015/02 a 2016/01	269	R\$ 763,14	R\$ 724,43
Média mensal	22,42	R\$ 63,60	R\$ 60,37
2016/02 a 2017/01	231	R\$ 1.277,43	R\$ 0,00
Média mensal	19,25	R\$ 106,45	R\$ 0,00
Variação	-14,13%	67,39%	-100,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 06.03.2017)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, nos últimos doze meses foram fornecidas pela Unidade, em média, 19,25 certidões negativas por mês, média 14,13% inferior à verificada ao período correspondente anterior. Considerando que a tramitação processual das ações distribuídas a partir do dia 27.06.2014 passou a ser efetuada exclusivamente pelo sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), consoante disciplinado pela Portaria Conjunta TRT4 nº 3.145/2014, apenas nos processos que ainda tramitam por meio físico se faz necessária a unificação de dados cadastrais.

De acordo com a informação prestada pela Coordenadora, as certidões negativas solicitadas são entregues em 48 horas; havendo solicitação de urgência, ou quando o solicitante de desloca de outra cidade para fazer o pedido, a Unidade tenta, na medida do possível, fazer as certidões no ato. Após a expedição da certidão, o requerimento e a GRU (com comprovante de pagamento) são arquivados em pasta própria na repartição por quatro meses e, após, são guardados em caixa no arquivo. Os demais documentos (CI, CPF, Contrato Social) são devolvidos à parte.

3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

3.2.1 Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Reclamadas	10.636 – 84,75%	1.914 – 15,25%	12.550



Processos com reclamadas	39.921 (totalmente) – 95,12%	1.129 – 2,69%	41.967
	917 (parcialmente) – 2,19%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.03.2017, às 11h37min)

Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da CPCR, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região.

De acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 06.03.2017, 84,75% das reclamadas do Foro de Sapucaia do Sul encontravam-se com cadastro unificado. Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam 95,12% dos processos que tramitam no Foro. Esses números apontam pequena evolução em relação aos dados colhidos na Inspeção Correcional de 2016, cujo número de reclamadas unificadas era de 10.519, correspondendo a um percentual de 84,65%.

Segundo as informações prestadas pela Coordenadora, a unificação dos dados cadastrais das reclamadas é realizada com base nas certidões dos Oficiais de Justiça, em informações enviadas pelas Varas, em informações de conhecimento da CCDF por meio de petições e em ofícios da Corregedoria. A Coordenadora informa, ainda, que a Unidade está adotando o procedimento de unificação das reclamadas dos processos do PJe, inserindo os dados no sistema inFOR, fazendo essa inclusão com base nas audiências realizadas – com isso, as Secretarias conseguem visualizar o correto endereço das reclamadas dos processos eletrônicos fazendo a consulta pelo sistema inFOR (cabendo às Varas informar qualquer alteração, tanto de endereço quanto de denominação social das empresas).

3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
Endereços dos Advogados		7.153 – 84,50%	1.312 – 15,50%	8.465
Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	36.934 (totalmente) – 88,01%	5.014 – 11,95%	41.967
		19 (parcialmente) – 0,04%		
	Reclamada	37.378 (totalmente) – 89,06%	3.650 – 8,70%	
		939 (parcialmente) – 2,24%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.03.2017, às 11h56min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 84,50% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Sapucaia do Sul encontravam-se unificados. Além disso, nos processos cadastrados no Foro, os endereços dos advogados de reclamantes e de reclamadas vinculados que se encontravam totalmente unificados atingiram os percentuais de 88,01% e 89,06%, respectivamente.

Na comparação com a Inspeção Correcional do ano de 2016, a Unidade Judiciária apresentou uma pequena evolução, tendo em vista que até 14.03.2016 o percentual de endereços de advogados com cadastro unificado na Comarca era de 84,28%.



3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS			
	Unificados	Não unificados	Total
Órgãos	983 – 93,35%	70 – 6,65%	1.053
Processos com Órgãos	4.298 – 81,60%	969 – 18,40%	5.267

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.03.2017, às 12h15min)

De acordo com o sistema informatizado inFOR, 93,35% do cadastro de órgãos do Foro encontra-se unificado, índice que se manteve inalterado em relação aos dados colhidos durante a Inspeção Correccional do ano de 2016.

3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS NO SISTEMA INFORMATIZADO

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES			
	2015/02 a 2016/01	2016/02 a 2017/01	Variação
Carta de sentença	3	0	-100,00%
Carta precatória	1	0	-100,00%
Embargos de Terceiro	19	14	-26,32%
Outros	0	1	-
TOTAL	23	15	-34,78%
MÉDIA POR MÊS	1,92	1,25	-34,78%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.03.2017)

No período de 2016/02 a 2017/01, foram cadastrados 15 processos físicos pela Coordenadoria, registrando-se uma média mensal de 1,25 cadastros. Esse número reduzido de cadastros decorre da implantação do sistema PJe-JT a partir do dia 27.06.2014.

Salienta-se que todos os cadastros são de ações incidentais que foram cadastradas no sistema de processos físicos em face dos autos principais já tramitarem fisicamente na respectiva Unidade Judiciária.

3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Petições e documentos protocolados			
	Total	Dias úteis	Média/dia
2015/02 a 2016/01	9.412	224	42,02
2016/02 a 2017/01	5.750	223	25,78
Variação	-38,91%	-0,45%	-38,63%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.03.2017)

Nos últimos doze meses, foram protocolizadas 5.750 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 25,78 registros diários de petições. Na comparação com os números do período anterior, verifica-se uma queda de 38,63% na média de petições e documentos protocolizados. Isso porque, assim como no cadastro de processos



físicos, o registro de petições e documentos protocolizados vem apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista de Sapucaia do Sul.

3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCr, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho.

O arquivo das Varas do Trabalho de Sapucaia do Sul se localiza no piso superior do prédio onde está situado o Foro. De acordo com o informado pela Coordenadora, em um primeiro momento é feita a conferência dos processos e volumes, conforme listagens encaminhadas pelas Varas; posteriormente, são feitas as baixas (pela Coordenadora ou por sua substituta), colocando-se data, carimbo e assinatura em cada processo, bem como registrando-se o recebimento de lotes de processos arquivados no sistema inFOR. Após, para controle interno, são impressos os controles de retiradas de processos (com o seu respectivo número de lote e ano, e com informações acerca de eventuais dívidas ou pendências). Por fim, os processos são amarrados e arquivados em ordem cronológica, nas estantes do arquivo.

Quando da inspeção correcional constatou-se que o arquivo está bem organizado, com espaço disponível para receber os processos físicos que ainda estão em tramitação. Além disso, cabe ressaltar o zelo da Coordenadora e dos servidores para manter o arquivo em ordem, facilitando assim o manuseio de processos quando necessário.

3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se **não haver** processos em carga com prazo de devolução vencido sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes.

4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCr, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pela Coordenadora da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Sapucaia do Sul está dividida em quatro setores, e o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é realizado a cada três meses.

4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato da Coordenadora da Central de Mandados, a distribuição dos mandados é feita nas quartas-feiras: os mandados oriundos de processos eletrônicos são distribuídos no turno da tarde, até o limite de horário das 18h, e os oriundos de processos físicos são distribuídos com data do dia seguinte, ficando disponíveis para os Oficiais de Justiça na quinta-feira, pela manhã. Por sua vez, os mandados classificados como urgentes e de plantão são distribuídos no mesmo dia da remessa ao plantonista da semana.

A devolução dos mandados oriundos de processos físicos é feita no mesmo dia em que os Oficiais fazem a entrega dos mandados à Central, mediante registro em livro próprio adotado pela Coordenadoria para fins de controle da data da entrega. Já a devolução dos mandados



oriundos de processos eletrônicos é feita diretamente pelos Oficiais de Justiça, de modo que a Coordenadoria não tem controle da data de devolução.

4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Número de mandados recebidos – PROCESSOS FÍSICOS		
	Total	Média mensal
2015/02 a 2016/01	1.178	98,17
2016/02 a 2017/01	527	43,92
Varição	-55,26%	-55,26%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.03.2017)

Número de mandados recebidos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
2015/02 a 2016/01	1.736	144,67
2016/02 a 2017/01	2.533	211,08
Varição	45,91%	45,91%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 01.03.2017)

Nos últimos doze meses, a Central de Mandados de Sapucaia do Sul recebeu 3.060 mandados, sendo 527 de processos físicos e 2.533 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 255 mandados, 5,01% maior do que a média verificada entre fevereiro de 2015 e janeiro de 2016.

Em face da implantação do PJe-JT no Foro, verificou-se redução de 55,26% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos nos últimos doze meses, ao passo que a média de mandados de processos eletrônicos subiu 45,91% no mesmo período.

4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS			
	2015/02 a 2016/01	2016/02 a 2017/01	Varição
Busca e Apreensão	2	2	0,00%
Citação	340	160	-52,94%
Condução de Testemunha	0	0	-
Notificação	338	166	-50,89%
Penhora	280	91	-67,50%
Outros	208	120	-42,31%
TOTAL	1.168	539	-53,85%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.03.2017)



Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)			
	2015/02 a 2016/01	2016/02 a 2017/01	Variação
Notificação	1.244	1.764	41,80%
Mandado	463	704	52,05%
Ofícios	41	58	41,46%
TOTAL	1.748	2.526	44,51%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 01.03.2017)

Foram cumpridos 3.065 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores nos últimos doze meses, dos quais 539 oriundos de processos físicos e 2.526 de processos eletrônicos. Dessa forma, houve uma elevação de 149 mandados cumpridos na comparação com o período anterior, correspondendo a um aumento de 5,11%.

Em relação aos tipos de diligência, nos processos físicos, a notificação foi a espécie mais frequente nos últimos doze meses (166), seguida pela citação (160), o mesmo ocorrendo nos processos eletrônicos, em que as notificações também foram a espécie mais frequente de mandados no período em análise (1.764), seguidas pelas diligências de execução (704).

4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS			
	2015/02 a 2016/01	2016/02 a 2017/01	Variação
Busca e Apreensão	0,00	4,00	-
Citação	2,82	1,93	-31,68%
Condução de Testemunha	-	-	-
Notificação	2,51	2,07	-17,60%
Penhora	7,12	5,81	-18,37%
Outros	1,39	2,23	60,18%
PRAZO MÉDIO GERAL	3,50	2,70	-22,84%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.03.2017)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)			
	2015/02 a 2016/01	2016/02 a 2017/01	Variação
Notificação	4,01	3,97	-0,92%
Mandado	8,38	6,54	-22,01%
Ofício	2,32	2,55	10,13%
PRAZO MÉDIO GERAL	5,13	4,65	-9,23%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 01.03.2017)

Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pelos Oficiais de Justiça lotados na Central de Mandados de Sapucaia do Sul caiu 22,84% nos últimos doze meses, na comparação com o correspondente período anterior. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado, constata-se que as penhoras possuem o maior



prazo médio de cumprimento (em média, 5,81 dias), seguidas pelas buscas e apreensões (média de 4 dias). Por outro lado, o cumprimento mais célere é verificado nas citações (1,93 dia).

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores alcançou 4,65 dias nos últimos doze meses – lapso 9,23% inferior àquele verificado no correspondente período anterior. Dentre essas diligências, o prazo mais elevado foi registrado nos mandados (6,54 dias), enquanto os ofícios foram as diligências com menor prazo médio de cumprimento (2,55 dias).

Vale enfatizar o excelente prazo para cumprimento dos mandados pelos Oficiais de Justiça, aspecto que agiliza a execução e demonstra a preocupação com a prestação jurisdicional.

4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS				
	2015/02 a 2016/01		2016/02 a 2017/01	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	0	0,00%	0	0,00%
Citação	20	5,88%	6	3,75%
Condução de Testemunha	0	-	0	-
Notificação	16	4,73%	6	3,61%
Penhora	76	27,14%	23	25,27%
Outros	4	1,92%	6	5,00%
TOTAL GERAL	116	9,93%	41	7,61%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.03.2017)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2015/02 a 2016/01		2016/02 a 2017/01	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Notificação	87	6,99%	93	5,27%
Mandado	139	30,02%	131	18,61%
Ofício	1	2,44%	2	3,45%
TOTAL GERAL	227	12,99%	226	8,95%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 01.03.2017)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o *caput* do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que alguns mandados de penhora foram cumpridos após o decurso do prazo legal, no entanto, são prazos bem razoáveis na comparação com outras Unidades com a mesma movimentação processual.

Em relação aos processos físicos, constatou-se que foram devolvidos 41 mandados após o decurso do prazo legal nos últimos doze meses, número correspondente a 7,61% de todos os mandados cumpridos – percentual inferior, inclusive, ao verificado no correspondente



período anterior (9,93%). A penhora foi a espécie com o maior percentual de devolução após o prazo legal nos últimos doze meses (25,27%), seguida pelos mandados classificados como “outros” (5%).

Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos, constatou-se que 226 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores nos últimos doze meses – o equivalente a 8,95% de todos os mandados cumpridos no período (percentual inferior, por sua vez, ao verificado no correspondente período anterior). Dentre essas diligências, os mandados apresentam o maior índice de devolução com atraso (18,61%).

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos na Central de Mandados de Sapucaia do Sul:

Mandados com maior tempo para cumprimento (processos físicos)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0000193-88.2014.5.04.0292	Penhora	26.01.2017	16.02.2017	21
0000414-71.2014.5.04.0292	Penhora	28.07.2016	18.08.2016	21
0000414-71.2014.5.04.0292	Penhora	28.07.2016	18.08.2016	21

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 01.03.2017)

Mandados com maior tempo para cumprimento (processos eletrônicos - PJe)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0020741-06.2015.5.04.0291	Mandado	03.08.2016	22.09.2016	50
0021090-09.2015.5.04.0291	Mandado	06.04.2016	17.05.2016	41
0020649-10.2015.5.04.0103	Notificação	16.12.2015	25.01.2016	40
0020973-89.2015.5.04.0332	Notificação	16.12.2015	25.01.2016	40
0020044-48.2016.5.04.0291	Mandado	24.05.2016	29.06.2016	36
0020454-06.2016.5.04.0292	Mandado	14.09.2016	20.10.2016	36
0020454-06.2016.5.04.0292	Mandado	14.09.2016	20.10.2016	36
0020283-44.2015.5.04.0305	Mandado	10.12.2015	14.01.2016	35
0020682-69.2015.5.04.0371	Mandado	10.12.2015	14.01.2016	35
0020484-65.2013.5.04.0124	Mandado	06.12.2016	10.01.2017	35
0020528-60.2016.5.04.0292	Mandado	06.12.2016	10.01.2017	35
0020481-86.2016.5.04.0292	Notificação	12.12.2016	16.01.2017	35

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 01.03.2017)

4.3.5 Mandados pendentes de devolução no sistema informatizado

Por meio de consulta ao sistema informatizado inFOR, realizada no dia 06.03.2017, não foi constatada a existência de mandados pendentes de devolução nos processos físicos cujo limite legal para sua devolução já houvesse sido ultrapassado.



Por sua vez, o sistema PJe-JT, no dia 06.03.2017, apresentava 03 mandados sem registro de cumprimento no prazo:

Mandados em aberto no sistema – PROCESSOS ELETRÔNICOS – PJe-JT					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0020112-95.2016.5.04.0291	22.02.2017	Mandado	Luís Vinícius da Rocha Bohrz	12
2	0001200-91.2009.5.04.0292	22.02.2017	Mandado	Marco Julius Argiles Erguy	12
3	0020097-92.2017.5.04.0291	22.02.2017	Mandado	Loritânia Luiza Chicoski	12

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 06.03.2017)

4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Sapucaia do Sul:

LORITÂNIA LUIZA CHICOSKI				
inFOR				
	2015/02 a 2016/01		2016/02 a 2017/01	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00
Citação	92	90	26	28
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	92	92	34	34
Penhora	74	72	18	20
Outros	52	52	32	32
TOTAL	310	306	110	114
PJe-JT				
	2015/02 a 2016/01		2016/02 a 2017/01	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	310	307	410	402
Mandado	120	117	181	180
Ofício	10	09	15	15
TOTAL	440	433	606	597



LUIS VINÍCIUS DA ROCHA BOHRZ

inFOR

2015/02 a 2016/01

2016/02 a 2017/01

Recebidos

Devolvidos

Recebidos

Devolvidos

Busca e Apreensão	00	00	02	02
Citação	76	76	50	50
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	76	76	50	50
Penhora	74	74	27	29
Outros	42	40	42	44
TOTAL	268	266	171	175

PJe-JT

2015/02 a 2016/01

2016/02 a 2017/01

Recebidos

Devolvidos

Recebidos

Devolvidos

Notificação	312	322	442	451
Mandado	108	109	163	165
Ofício	09	09	14	13
TOTAL	429	440	619	629

MARCO JULIUS ARGILES ERGUY

inFOR

2015/02 a 2016/01

2016/02 a 2017/01

Recebidos

Devolvidos

Recebidos

Devolvidos

Busca e Apreensão	00	00	00	00
Citação	96	96	36	36
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	82	82	32	32
Penhora	84	84	20	20
Outros	48	48	18	18
TOTAL	310	310	106	106



PJe-JT				
	2015/02 a 2016/01		2016/02 a 2017/01	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	300	309	471	475
Mandado	114	120	179	180
Ofício	10	10	12	11
TOTAL	424	439	662	666

RUBENS DA SILVEIRA CAVALHEIRO				
inFOR				
	2015/02 a 2016/01		2016/02 a 2017/01	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	02	02	00	00
Citação	80	78	44	46
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	88	88	50	50
Penhora	52	50	20	22
Outros	68	68	26	26
TOTAL	290	286	140	144

PJe-JT				
	2015/02 a 2016/01		2016/02 a 2017/01	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	296	293	431	419
Mandado	116	111	167	169
Ofício	12	12	12	12
TOTAL	424	416	610	600

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de Mandados estão vinculadas à Direção do Foro Trabalhista. A unidade encontra-se organizada, e a forma de funcionamento é integrada entre a CCDF e a CDM.

A Coordenadora da CCDF informou que realiza, além das atribuições a ela inerentes, as seguintes atividades: triagem dos processos eletrônicos; digitalização e juntada de documentos



diversos protocolados de forma física para os processos eletrônicos, e os documentos recebidos dos bancos referentes recolhimentos previdenciários, custas e ofícios em geral.

No que tange às tarefas de unificação dos dados cadastrais de reclamadas e órgãos, houve uma evolução pequena em relação ao ano anterior, sendo, assim, necessário mais empenho para alcançar um melhor resultado.

Os prazos de cumprimento dos mandados pelos oficiais de justiça são excelentes.

Constatou-se o bom atendimento prestado às partes e aos advogados pelos servidores da Unidade, sendo as atividades realizadas com cuidado e dedicação.

Em suma, é louvável o desempenho dos servidores da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e da Central de Mandados.

6 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

Item 4.3.5 (Mandados pendentes de devolução no sistema informatizado)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

7 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Coordenadora e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul no dia 13.03.2017, das 15h às 16h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa e às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceu o advogado Roger Dorneles, Presidente da Subseção da OAB local.

8 PRAZO PARA RESPOSTA

A Coordenadora deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* assjcor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

9 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Coordenadora Rosane Schopf e pelos demais servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy De Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Maria da Graça Ribeiro Centeno
Corregedora Regional